



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7361 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

### CONCEPÇÕES E PROPOSTAS EM DISPUTA: A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL

Fernanda de Araújo Frambach - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

#### **CONCEPÇÕES E PROPOSTAS EM DISPUTA: A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO ATUAL**

No momento singular que estamos vivendo, quando são repensados os valores da sociedade, questões relacionadas à Educação têm ocupado os debates não apenas no campo educacional, mas social e político. Mais do que nunca, a importância da escola no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, tendo o professor como mediador, tem sido discutida, embora algumas instituições políticas não estejam desempenhando seu papel na orientação e proposição de ações voltadas para a garantia do direito à educação de milhares de brasileiros. Por isso, é cada vez mais urgente que não somente se reflita sobre concepções e metodologias de ensino, mas sobre discursos e políticas voltadas para a alfabetização. Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa de Doutorado que intenciona compreender como as políticas referentes à alfabetização e à democratização do livro, da leitura e da literatura são idealizadas, desenvolvidas e ressignificadas no contexto da prática.

No que se refere às questões metodológicas, é uma pesquisa qualitativa ancorada na epistemologia proposta por Bakhtin (2014), o qual advoga que as pesquisas precisam buscar a compreensão a partir do horizonte dos sujeitos da investigação correlacionada ao contexto do qual fazem parte. Assim, buscamos compreender a idealização e a realização de políticas de alfabetização e formação literária do contexto de influência até as práticas e efeitos, detendo-nos especialmente no contexto de produção de textos políticos (BALL, BOWE, GOLD, 1992; BALL, 1992), analisando textos primários, como legislações específicas, e textos secundários ou de recontextualização (BALL, 2016). A esta análise documental foram incorporadas vozes de profissionais que atuam no contexto da prática de duas escolas públicas.

Neste trabalho, trazemos algumas considerações sobre a atual Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto N° 9.765/2019, e ações relacionadas a esta como os programas Tempo de Aprender e Conta pra Mim. A proposição indica uma medida inédita de impor um dispositivo legal para determinar como será “executado” o processo de aquisição da leitura e da escrita, consistindo em um discurso extremamente autoritário. Posteriormente, foi lançado um documento secundário (BALL, 2016) com o objetivo de se constituir num “guia explicativo que detalha a política” (BRASIL, 2019), trazendo dados de relatórios internacionais, especialmente da área da Psicologia, que desconsideram não somente a produção científica do campo educacional brasileiro, como também o fato de que o

processo de políticas é infligido “pelo contexto, pela história e pela necessidade”. (BALL, 2016, p. 99). O documento apresenta a alfabetização como o “ensino das habilidades de leitura e escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p. 18) e a leitura é reduzida à correspondência grafo fonêmica, sendo pré-requisito para a compreensão de textos que “consiste num ato diverso do da leitura.” (BRASIL, 2019, p. 19). Por isso, não é de se estranhar que tal política não considere a importância da leitura literária no processo de alfabetização, e proponha um ensino desvinculado de uma perspectiva fundamentada na interação.

Em relação ao termo Literacia defendido no documento, que se coaduna com a perspectiva de leitura veiculada, este é adjetivado de duas formas: Literacia Emergente, que seria um “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, desenvolvidos antes da alfabetização.” (BRASIL, 2019, p. 22), e Literacia familiar, que seriam ações “relacionadas à linguagem, à leitura e à escrita que elas (as crianças) vivenciam com seus pais, familiares e cuidadores, mesmo antes do ingresso no ensino formal.” (p. 23). Para garantir a Literacia familiar, foi lançado o Programa Conta pra Mim, com a publicação no site do Ministério da Educação de um conjunto de materiais com orientações para as famílias, incluindo um guia, uma série de 40 vídeos instrucionais, e mais recentemente, uma coleção de 40 livros literários para impressão. O Guia, já na apresentação, reduz a leitura ao ensino de conteúdos e comportamentos e ao contato com as letras, uma vez que considera a educação infantil como etapa preparatória para a alfabetização. O discurso veiculado parece ignorar que para romper com anos de exclusão ao sistema educacional e aos bens culturais são necessárias políticas públicas com esta finalidade. Ao contrário, os elaboradores jogam esta responsabilidade para a própria família, sem levar em conta que muitos alunos das classes populares, ao adentrarem na escola, carregam consigo um limitado contato com o universo das histórias infantis.

Outra ação vinculada à PNA é o Programa Tempo de aprender, cujo propósito seria enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país, elencando entre elas o déficit na formação pedagógica dos docentes. Por isso, propõe entre suas ações um curso de formação prática para professores. As análises preliminares apontam que os conteúdos desta desconsideram os estudos brasileiros sobre o campo da alfabetização e da leitura, bem como as discussões empreendidas em outros programas de formação docente, alegando que estes não apresentaram impactos relevantes. Além disso, as propostas pedagógicas sugeridas são reconhecidas por professores das escolas pesquisadas como descontextualizadas, sugerindo uma atitude extremamente passiva dos alunos. Porém, as enunciações de outros docentes sugerem que os impactos desta proposta podem na verdade ampliar e até justificar práticas tradicionais e inapropriadas.

As análises preliminares demonstram os complexos processos de constituição das políticas educacionais, os quais envolvem distintos interesses e posições, materializados em documentos legais ou em outros meios para sua divulgação e interpretação. Por isso, considerando as maneiras pelas quais as políticas são colocadas em ação nas escolas ou são ignoradas, a continuidade deste trabalho pressupõe compreender como as políticas de alfabetização, livro e leitura são interpretadas, reconstruídas e traduzidas (BALL, 2016) no contexto da prática, ou seja, como estas são refletidas e refratadas (BAKHTIN, 2011) por diferentes sujeitos das unidades escolares, considerando a complexidade dos ambientes e os distintos papéis na atuação política. Não obstante, num momento em que o país tem enfrentado uma grave crise política que ameaça a democracia, com reflexos extremos na educação, muitos desmandos têm colocado em perigo resultados que foram fruto de muita luta dos profissionais e militantes do campo da alfabetização e da leitura. Por isso, argumentamos que estas propostas e políticas precisam ser analisadas e acompanhadas de perto, tendo em vista a garantia da educação para todos e a formação para a cidadania, como

propõe a Constituição Federal do nosso país.

## Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BALL, S.; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 9.765** de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Publicada no D.O.U. – Edição Extra, de 11/04-2019, p. 15.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=15&totalArquivos=17> . Acesso em 29 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**. Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Conta pra Mim: Guia de Literacia Familiar**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Formação literária; Políticas educacionais.